



## Carta Aberta ao Primeiro-Ministro

O STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, responsabiliza o Primeiro Ministro pela inaceitável actuação do governo em relação à não publicação em Diário da República dos Acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) celebrados com cerca de quatro centenas de entidades empregadoras públicas da administração local, que abrangem vários milhares de trabalhadores.

O contínuo bloqueio à publicação destes instrumentos, fundamentais para a definição das regras laborais aplicáveis a milhares de trabalhadores, viola todos os princípios de um Estado de Direito Democrático e revela claramente a atitude autoritária e arrogante de um Governo que quer impor o trabalho a preços de saldo e sem direitos aos trabalhadores da Administração Pública, lançando mão de todos os instrumentos ao seu alcance, de que é um claro exemplo a não publicação de ACEEP agora com o pretexto anunciado a 10 de Fevereiro passado de aguardar um parecer sobre o assunto solicitado ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República.

Este sindicato representa milhares de trabalhadores que, tendo visto os seus municípios e freguesias a celebrar ACEEP mantendo o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais, continuam a exigir que o Governo defina a sua posição em relação aos ACEEP acordados procedendo à sua publicação, no pleno respeito pela autonomia do poder local democrático e da contratação colectiva.

As centenas de ACEEP acordados no País continuam a ver o seu depósito e publicação recusados, justamente com base no seu pretenso entendimento de que o Governo é parte essencial na negociação destes instrumentos, o que sendo uma falsa questão exige uma solução imediata para uma situação que se arrasta há já demasiado tempo.

O Governo tem lançado mãos de todos os meios ao seu alcance para impedir a consagração do período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais, bem como de horários condignos e regulados através deste bloqueio que se intensificou agora de forma inadmissível.

Com efeito já desde 2009, ano em que o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas entrou em vigor na Administração Local, que o STAL tem vindo a alertar para esta intromissão do Governo na negociação de ACEEP na Administração Local, cuja posição intransigente tem procurado por em causa a contratação colectiva e a autonomia do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrados

Não deixa de ser sintomático que o Governo depois de ter solicitado o parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República nunca tenha querido esclarecer quais foram exactamente as dúvidas suscitadas, violando inclusive a sentença judicial que o condenou a prestar essas informações ao STAL.

Nunca desmentindo as informações vindas a lume, que o parecer já estará nas mãos do Governo, não podemos deixar de considerar de inaceitável má-fé que o teor do mesmo não seja do conhecimento deste Sindicato, o que denota uma tremenda falta de respeito pelos trabalhadores e pela autonomia do Poder Local Democrático, pela legalidade e pela democracia, atitude recorrente deste Governo que não pode deixar de nos levar a questionar o porquê de se manter escondido o seu teor.

O STAL exige o imediato desbloquear dos processos de depósito e publicação dos ACEEP negociados, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, da autonomia do Poder Local Democrático e da salvaguarda dos interesses das populações, reafirmando que não baixará os braços na luta por mais e melhores serviços públicos, prestados por trabalhadores motivados e com direitos, consagrados na lei e na contratação colectiva.

E neste sentido afirma que, no pleno respeito pela Constituição da República, pela autonomia do poder local e direito à contratação colectiva que a Lei Fundamental consagra expressamente, considera que já é mais que passado o tempo de o Governo assumir uma posição clara e definitiva sobre este assunto, pelo que considera que todos os ACEEP negociados e outorgados entre as únicas partes legítimas neste processo, os sindicatos e as autarquias ou outras entidades empregadoras públicas da esfera da Administração Local, se encontram já em vigor, com todos os efeitos legais daí decorrentes, responsabilizando o governo e o Primeiro Ministro por todas as acções que legitimamente decida desenvolver.

Lisboa, 27 de Maio de 2014

A Comissão Executiva da Direcção Nacional do STAL